

TERMO CIRCUNSTANCIADO ADMINISTRATIVO

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR ENVOLVIDO

NOME:	CPF:
MATRÍCULA SEAP:	CARGO:
UNIDADE DE LOTAÇÃO:	UNIDADE DE EXERCÍCIO:
E-MAIL	DDD/TELEFONE

2. DADOS DA OCORRÊNCIA

<input type="checkbox"/> EXTRAVIO/DANO DE BEM PÚBLICO DE PEQUENO VALOR	ESPECIFICAÇÃO DO BEM ATINGIDO (se for o caso)	Nº DO PATRIMÔNIO (se for o caso)
<input type="checkbox"/> DANO AO ERÁRIO DE PEQUENO VALOR	LOCAL DE OCORRÊNCIA (LOGRADOURO, MUNICÍPIO, U.F.)	
DATA DA OCORRÊNCIA / /		
DESCRIÇÃO DOS FATOS: _____ _____		
QUANDO SE TRATAR DE EXTRAVIO OU DANO AO BEM DE PEQUENO VALOR, DEVE-SE COLETAR OS SEGUINTE DADOS:		
PREÇO DE MERCADO PARA AQUISIÇÃO OU REPARAÇÃO DO BEM (R\$)	FONTES CONSULTADAS PARA OBTENÇÃO DO PREÇO DE MERCADO	

3. RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA

NOME:	MATRÍCULA SEAP:
FUNÇÃO:	UNIDADE DE EXERCÍCIO:
LOCAL / DATA:	ASSINATURA:

4. CIÊNCIA DO SERVIDOR ENVOLVIDO

Eu, _____, declaro-me ciente da descrição da ocorrência acima e de que me é facultado apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da presente data, manifestação escrita e/ou o ressarcimento ao erário correspondente ao prejuízo causado, bem como outros documentos que achar pertinentes.	
LOCAL:	DATA / /
ASSINATURA _____	

5. PARECER DO RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA

O servidor envolvido apresentou: MANIFESTAÇÃO ESCRITA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO ANÁLISE _____

ABERTURA DE PRAZO PARA EFETUAR O RESSARCIMENTO

(Preencher somente em caso de conduta culposa do servidor envolvido e de não ter ocorrido o ressarcimento no prazo concedido no item 4 acima)

Em razão do exposto na análise acima, ofereço ao servidor envolvido a oportunidade de apresentar ressarcimento ao erário correspondente ao prejuízo causado, no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogável por mais cinco, a contar da presente data, nos termos do art. 6º desta IN.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE

ASSINATURA DO SERVIDOR ENVOLVIDO

DATA

____/____/____.

CONCLUSÃO

O fato descrito acima que ocasionou o dano ao erário de pequeno valor indica a responsabilidade de pessoa jurídica decorrente de contrato celebrado com a Administração Pública, de modo que se recomenda o encaminhamento destes autos ao fiscal do contrato administrativo para que adote as providências necessárias ao ressarcimento do valor do dano causado, de acordo com a forma avençada no instrumento contratual e conforme a legislação pertinente.

O fato descrito acima que ocasionou o dano ao erário decorreu do uso regular do bem (em caso de dano a bem público) e/ou de fatores que independeram da ação do agente, de modo que se recomenda o encerramento da presente apuração e o encaminhamento destes autos ao setor responsável pelo controle do fato apurado.

O dano ao erário descrito acima apresenta indícios de conduta dolosa do servidor público envolvido, de modo que se recomenda a apuração de responsabilidade funcional deste na forma definida pela Lei Complementar nº 04/1990 e pela Lei Complementar nº 207/2004.

O dano ao erário descrito acima resultou de conduta culposa do servidor público envolvido, contudo este não realizou o adequado ressarcimento ao erário correspondente ao prejuízo causado, de modo que se recomenda a apuração de responsabilidade funcional deste na forma definida pela Lei Complementar nº 04/1990 e pela Lei Complementar nº 207/2004.

O dano ao erário descrito acima resultou de conduta culposa do servidor público envolvido, contudo recomenda-se o arquivamento dos presentes autos em razão de o servidor ter promovido o adequado ressarcimento do prejuízo causado ao erário por meio de:

Pagamento.

Prestação de serviço que restituiu ao bem danificado as condições anteriores.

O fato gerador do dano de pequeno valor revelou conduta funcional passível de ajustamento, sendo necessário o encaminhamento do fato à unidade de correição do órgão, para a formalização de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.

Diante do exposto, e, de acordo com o artigo 4º, § 4º, da Instrução Normativa **IN CGE Nº 01/2017**, concluo o presente Termo Circunstanciado Administrativo e remeto os autos para julgamento a ser proferido pelo (a)

NOME:

MATRÍCULA SEAP:

LOCAL/DATA:

ASSINATURA

6. DECISÃO DO CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA

ACOLHO a proposta elaborada ao final deste Termo Circunstanciado Administrativo. Encaminhem-se os presentes autos ao _____ para atendimento da recomendação feita.

REJEITO a proposta elaborada ao final deste Termo Circunstanciado Administrativo, conforme motivos expostos no despacho de fls. _____.

NOME:

MATRÍCULA SEAP:

LOCAL/DATA:

ASSINATURA